

DANIELA BARBOSA PUPPIN

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Gestão da Qualidade no Curso de Especialização em Gestão da Qualidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos da Cunha

CURITIBA
2010

A avaliação é um importante instrumento de produção de conhecimento e juízos de valor sobre a própria instituição. Através de estudos, análises, apreciações, divulgação de resultados e retroalimentação das ações, a avaliativa tem um valor formativo no desenvolvimento das atividades científicas e pedagógicas que dá consistência à educação superior.

Dias Sobrinho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 OBJETIVO GERAL.....	6
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 DEFININDO A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	7
2.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES NO BRASIL E NO MUNDO.....	7
2.3 TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	10
2.4 LEGISLAÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES NO BRASIL.....	12
2.5 A QUALIDADE NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES.....	21
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	26
3.1 PESQUISA DOCUMENTAL.....	26
3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	26
4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO.....	28
4.1 A INSTITUIÇÃO FOCO DO TRABALHO – A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.....	28
4.1.1 A Pesquisa Documental sobre o Sistema de Avaliação da UFPR.....	29
4.1.1.1 O PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.....	29
4.1.1.2 O Projeto de Avaliação Institucional.....	30
4.1.1.3 Relatório de Avaliação da UFPR (2007-2008).....	32
4.1.1.4 Relatório Final da Avaliação Externa.....	34
4.1.2 Relato da Observação Participante do Sistema de Avaliação da UFPR.....	36
5 PROPOSTAS.....	38
5.1 ETAPAS.....	38
5.1.1 Comprometimento da Alta Administração da IES.....	39
5.1.2 Formação da CPA.....	39
5.1.3 Seminário de Divulgação.....	39
5.1.4 Estratégias de Comunicação.....	40
5.1.5 Criação de Núcleos Setoriais de Avaliação.....	40
5.1.6 Treinamento.....	40
5.1.7 Diagnóstico.....	41

5.1.8	Elaboração do Projeto de Avaliação.....	41
5.1.9	Sensibilização e Divulgação.....	42
5.1.10	Aplicação do Instrumento de Avaliação.....	42
5.1.11	Sistematização dos dados.....	42
5.1.12	Avaliação Interna.....	43
5.1.13	Elaboração dos relatórios finais da avaliação.....	43
5.1.14	Seminário Final de Apresentação dos Resultados.....	43
5.1.15	Avaliação Externa do MEC.....	43
5.1.16	Divulgação dos Resultados.....	43
5.1.17	Revisão do processo avaliativo e reinício do processo de avaliação.....	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
	DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional é um tema que vem sendo amplamente discutido no ambiente universitário. A partir da publicação da Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, as Instituições de Ensino Superior em todo o Brasil se mobilizaram na elaboração de seus Sistemas de Avaliação Institucional.

A Universidade Federal do Paraná, criada em 19 de dezembro de 1912, caminha para o seu centenário inserida neste contexto e tendo como um de seus princípios ser uma “Universidade pública, gratuita, de qualidade e comprometida socialmente” e com a missão de “Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável” (UFPR PDI,2007).

O grande objetivo da avaliação educativa é melhorar a educação. Como a construção da qualidade educativa é sempre social, a avaliação também deve ser um processo que requer a participação ativa da comunidade educativa em processos de comunicação e de reflexão conjuntos, que são sempre muito ricos de significação formativa. Então, utilizando-se, sempre que necessário, os procedimentos de quantificação, de medida e verificação, como pontos de sustentação, mas não se limitando a isso, a avaliação educativa deve alimentar as reflexões e debates sobre o valor dos processos e dos produtos e sobre as causalidades e as possibilidades de superação dos problemas.(DIAS SOBRINHO,2005).

Segundo ARRUDA (1997) : “A identificação dos problemas para a melhoria da Qualidade em uma IES passa por uma avaliação para conhecer e identificar as necessidades para a melhoria continuada”. A avaliação oferece esta oportunidade de reconhecer nossos pontos frágeis e que necessitam ser melhorados.

É com este espírito de reflexão que este trabalho pretende analisar o atual Sistema de Avaliação da Universidade Federal do Paraná baseado no atendimento da legislação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) , mas também nos princípios da Gestão da Qualidade e na possibilidade de utilização deste Sistema como um instrumento para a mudança planejada.

O SINAES visa avaliar a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores

democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, MEC, 2004, art. 1º, § 1º).

O SINAES é composto de três modalidades de instrumentos de avaliação desenvolvidos em diferentes momentos:

(a) A Avaliação de Instituições de Educação Superior, divide-se em duas etapas (i) Auto-avaliação e (ii) Avaliação externa; (b) a Avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, ENADE e (c) a Avaliação dos cursos de graduação – ACG.

A Universidade Federal do Paraná, participante do sistema federal de ensino, está inserida no SINAES e atualmente acaba de passar pela etapa de avaliação externa pelo MEC. Neste contexto propomos, especificamente para a Instituição de Ensino Superior citada, foco e razão deste estudo, as seguintes perguntas norteadoras, para que a partir delas sejam apresentados os objetivos.

1) De que forma a Universidade Federal do Paraná realizou o seu processo de Auto-avaliação?

2) Como a Avaliação Institucional pode orientar o desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná?

1.1 OBJETIVO GERAL

- Análise do Sistema de Avaliação da Universidade Federal do Paraná e propor aprimoramentos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Análise da Legislação de Avaliação Institucional de IES (Instituições de Ensino Superior).

- Diagnóstico do Sistema de Avaliação da UFPR.

- Propostas para aprimoramento do Sistema de Avaliação da UFPR.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DEFININDO A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é um tema complexo que vem sendo discutido por autores de diversas áreas. Neste momento pretendemos fazer um estudo destes enfoques e traçar um paralelo entre as dimensões educacionais e as gerenciais.

“A avaliação institucional é um processo sistemático e durável, que permite captar informações sobre o objeto avaliado para contrastá-lo como um marco de referência e, partir dessa comparação, emitir juízos de valor e propor alternativas para tomar decisões com vistas à melhoria desse objeto”.(TRIGUEIRO,1998)

E continua Trigueiro (1998), o que de fato caracteriza a avaliação ser institucional é a sua abrangência na construção de conhecimentos que caracterizem o cotidiano da Universidade em seus aspectos culturais, históricos, relações de poder, resistências e mudanças, mecanismos de comunicação e relacionamentos com a comunidade interna e a sociedade em geral.

Já Dias Sobrinho (2003) defende que a Avaliação é uma prática social orientada sobretudo para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo, e não simplesmente uma operação de medida e muito menos um exercício autocrático de discriminação e comparação.

De acordo com Dias Sobrinho (2003), a construção da qualidade consistente e abrangente impõe a necessidade de compreensão dos sentidos essenciais de uma instituição, sua missão, seu fim e seus objetivos fundamentais. Por isso, a avaliação deve captar os sentidos das práticas e estratégias utilizadas para a obtenção dos fins.

A avaliação é um instrumento fundamental para a mudança planejada, sendo um esforço concentrado de pessoas que compõem a Instituição. A avaliação na educação deve ser implementada como parte de um processo de gestão para ter a sua eficácia assegurada (ARRUDA,1997).

2.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES NO BRASIL E NO MUNDO.

“A avaliação da educação superior ganhou importância central em todos os países que, no contexto da reforma das Estados e com a finalidade de alcançar

maior competitividade internacional, empreenderam políticas de transformação desse nível educativo. Entendida como elo importante das reformas, a avaliação da Educação Superior transborda os limites propriamente educativos e se situa nos planos mais amplos da economia e da política”.(DIAS SOBRINHO, 2003).

Algumas das finalidades da avaliação têm sido: oferecer parâmetros que garantam a qualidade da educação para os usuários e os empregadores, favorecer a melhoria da qualidade dos serviços, servir de instrumento de prestação de contas, estimular e regular a concorrência entre instituições, implantar mecanismos de controle do investimento dos recursos públicos, supervisionar a iniciativa privada na provisão de um bem público, reconhecimento de créditos entre programas e aptidão para receber recursos públicos (RODRÍGUEZ GÓMEZ, 2004).

A função da Avaliação na Educação Superior é amplamente discutida por vários autores e segundo BARREYRO & ROTHEN (2006) na América Latina é representada pelos modelos: avaliação como *controle* versus *avaliação como produção de sentidos/emancipatória* de Dias Sobrinho, avaliação como *garantia pública de qualidade* versus *avaliação para a melhoria da qualidade* de Stubrin, avaliação como *regulação* versus *avaliação democrática* de Contera, entre outros. Tais concepções podem se sintetizar em duas vertentes: as que permitem identificar a avaliação como *controle*, respondendo a uma lógica burocrático-formal de validade legal de diplomas e habilitações profissionais em âmbito nacional, e as com função *formativa/ emancipatória*, sob uma lógica acadêmica, com o intuito de subsidiar a melhoria das instituições.

O atual modelo de Avaliação da Educação Superior Brasileira recebeu influência e orientação dos modelos experimentados em outros países. Destacam-se dois modelos principais norteadores. De um lado está o modelo de inspiração anglo-americana baseado em sistemas predominantemente quantitativos para produzir resultados classificatórios e com função regulatória; de outro, o modelo holandês e francês, que combina dimensões quantitativas e qualitativas com ênfase na avaliação institucional e análise.

A visão da Avaliação no Modelo Inglês privilegia a questão da eficiência ou ineficiência das instituições. A ênfase deste modelo está nos indicadores quantitativos que muitas vezes se baseiam nas dimensões mais superficiais e acabam por criar rankings de desempenho das instituições que afetariam na questão

da distribuição de recursos e em função disso, esta perspectiva de avaliação é denominada regulatória.

A outra visão da Avaliação busca ir além da medição e leva em conta a questão da “função múltipla” da Instituição e que o conhecimento produzido em seu interior, além de ser requisitado como força produtiva, também é um instrumento de cidadania. Nesse sentido esta visão é denominada de emancipatória.

CONTERA(2002) propõe um Modelo Teórico de Avaliação da Qualidade da Educação Superior:

“A partir da proposta de Castrejón Díez(1991) é possível desenhar um modelo explicativo da relação entre a avaliação e a qualidade da Educação Superior considerando “espaços conceituais” a partir de um espaço cartesiano, tomando categorias opostas. Um primeiro eixo polariza o conceito de qualidade. Em um dos extremos situamos a qualidade concebida exclusivamente como “valor agregado”, “valor dinheiro”, e no outro extremo situamos a qualidade como “transformação”.

No eixo vertical situamos, no extremo superior, o “Sistema Nacional de Avaliação e Credenciamento” e no extremo inferior o “Sistema de Auto-Regulação”. Desta maneira, estaríamos frente ao diagrama:

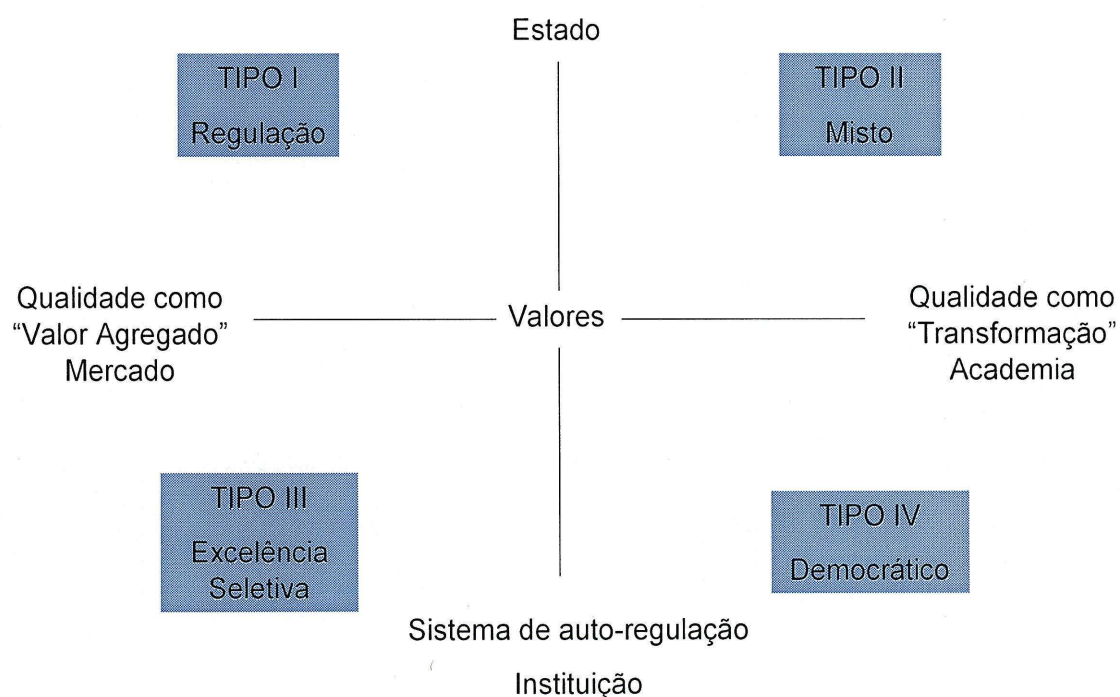


Figura 1 Modelos de Avaliação de IES
Fonte: CONTERA(2002)

A autora CONTERA define assim uma tipologia a partir dos grupos de variáveis. O primeiro quadrante é o Tipo I, seria um Sistema de Regulação no qual o controle do processo de avaliação está nas mãos do Estado e se guia pela lógica do mercado. Importa basicamente o controle estatal da utilização dos recursos públicos e a medida da eficiência Institucional.

O Tipo II representa um sistema de regulação similar ao primeiro, porém orientado por critérios de qualidade definidos com a participação dos acadêmicos. É chamado de Sistema Misto.

O Modelo de Tipo III, como define a autora, representa os processos avaliativos de instituições cujo objetivo principal é aproximar-se de padrões de qualidade definidos em agências internacionais com um critério eminentemente produtivista, de “excelência seletiva”.

Já o Modelo de Tipo IV chamado Democrático, caracteriza-se por seu caráter antecipativo e proativo. A avaliação democrática supõe a utilização de critérios éticos em sua realização. Neste contexto destaca-se a importância da auto-avaliação como metodologia de uma real transformação. CONTERA (2002) reforça: “ Neste modelo importa sobretudo o clima institucional, a existência de culturas acadêmicas colaborativas e dispostas ao debate e à confrontação de idéias, assim como matrizes institucionais democráticas e participativas e uma percepção forte da necessidade de mudar.”

Na intersecção dos dois eixos do diagrama se encontram os valores e princípios gerais que se expressam em cada uma das distintas formas que os “Modelos de Avaliação da Qualidade Superior” podem adotar. O importante é o destaque dado por CONTERA (2002) que a opção por um modelo particular não é uma escolha neutra, pois responde a distintos modos de conceber a educação e portanto, sua qualidade. “ A forma como se conceitue a idéia de “qualidade” condiciona as definições que são adotadas no terreno da educação em geral e da educação superior em particular.”

2.3 TRAJETÓRIA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A grave crise econômica mundial e o esgotamento do modelo militar brasileiro nos anos 80 trouxeram à tona com mais visibilidade o assunto da avaliação da educação superior brasileira, segundo DIAS SOBRINHO(2003) : “como instrumento

básico para orientar a distribuição dos recursos públicos e a imposição da racionalidade da eficiência.”

Durante a década de 80 dois programas de avaliação da educação superior foram implementados no Brasil : O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru) e o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (Geres).

O PARU foi formalizado em 1983 como proposta do extinto Conselho Federal de Educação e tratava basicamente de dois temas : gestão e produção / disseminação de conhecimentos , utilizando-se de levantamento e análise de dados institucionais coletados através de questionários preenchidos por estudantes , docentes e administradores. No que diz respeito a estes dados, DIAS SOBRINHO (2003) afirma : “ esta metodologia visava coletar dados sobre a estrutura didática e administrativa das IES, bem como sobre a forma de atendimento à expansão de matrículas e meios utilizados para avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A análise de dados priorizou quantificar a qualidade do corpo docente , discente e técnico-administrativo , a produtividade científica e a vinculação da instituição com a comunidade.”

Segundo DIAS SOBRINHO (2003) , o PARU não recebeu apoio suficiente do MEC e interrompeu os estudos em andamento em várias instituições nacionais e veio a ser desativado em 1984.

Neste momento, a avaliação já era entendida como um instrumento imprescindível e em 1985 é constituída pelo presidente José Sarney uma “Comissão de Notáveis” que elabora o documento “Uma Nova Política para a Educação Superior”. Este documento foi ampliado pelo Geres e segundo DIAS SOBRINHO(2003) no relatório ficava claro a papel de controle a ser desempenhado pela avaliação , que deveria utilizar instrumentos objetivos e indicadores de eficiência e produtividade que orientasse a distribuição e a gestão dos recursos.

Na década de 90 intensificam-se as discussões sobre o papel da avaliação, e sua importância como estratégia de monitoramento das reformas empreendidas pelo governo nesse nível educacional. Neste panorama destaca-se a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em 1993 pelo MEC.

As avaliações desenvolvidas no âmbito do PAIUB eram de adesão voluntária pelas Universidades e sua extensão foi bem definida por DIAS SOBRINHO (2003):

“ O Paiub é uma avaliação sistemática, processual, global , sem perder as relações entre as partes e destas com a missão ou projeto filosófico e pedagógico da instituição. Relativamente aos agentes , é uma avaliação interna, protagonizada pelos sujeitos da própria instituição, e externa, pois a instituição e seu processo avaliativo também são avaliados por pares acadêmicos e membros da sociedade organizada. Quanto ao tempo, é predominantemente contínua e permanente, tornando-se uma cultura institucional.” A importância deste programa para a trajetória da Avaliação no Brasil vem desta questão de trabalhar a cultura de Avaliação dentro da Universidade e sua comunidade.

Apesar da movimentação provocada pelo PAIUB nas universidades brasileiras , é instituído o Exame Nacional de Cursos-ENC pela Lei nº9131/95 de novembro de 1995. O ENC é uma prova de alcance nacional aplicada aos estudantes em seu último ano de curso de graduação.

Diferentemente do PAIUB, que se constituía numa modalidade de avaliação interna, de livre adesão e inserida numa lógica formativa, o exame em destaque foi representante dos modelos de avaliação externa, compulsória e norteadada por uma perspectiva tecnológica de avaliação (DIAS SOBRINHO,2003).

Apesar de inúmeros protestos e manifestações contrárias por vários segmentos da Educação Brasileira, o ENC foi aplicado pelo MEC de 1996 a 2003 , e foi substituído pelo Exame Nacional Avaliação de Desempenho dos Estudantes-ENADE (dentro do SINAES) em 2004.

2.4 LEGISLAÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES NO BRASIL.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), segundo Ristoff e Giolo (2006), surge de uma proposta política assumida pelo Programa de Governo do então candidato a presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto do pleito eleitoral de 2002. Trata-se da Proposta 12 para a educação superior, que diz:

“Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão – e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras(Paiub).”

Os elaboradores do programa de governo tinham em mente também o corpo legal regulador da educação superior brasileira, a começar pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. No artigo 209, declara a Constituição:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Com efeito, já a LDB - Lei nº 9.394, 1996, no art. 9.º, inciso VIII, estabelece como incumbência da União:

Art. 9.º [...]

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001) reza no art. 4.º:

A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação. No tópico 4.3, que trata de objetivos e metas da educação superior, diz ainda o PNE (alínea 9):

Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódico dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.

Em consonância com essa tese que vinha acompanhando o pensamento legislativo brasileiro, surge o SINAES por intermédio da lei 10.861 de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela portaria MEC nº2051/2004.

A lei nº10.861, segundo SAVIANI, redefine as ações da União no que se refere às atribuições do artigo 9º, incisos VI, VIII e IX da LDB, que lhe conferiram a prerrogativa de avaliar o ensino no país em todos os seus graus e modalidades. No caso em tela, a legislação dirige-se especificamente à educação superior. Para tanto, a lei criou o SINAES e, para geri-lo, instituiu, no âmbito do MEC, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Sendo assim, a implantação do SINAES introduziu na Avaliação da Educação Superior uma nova sistemática, na qual as IES devem elaborar seu projeto de Avaliação a partir da constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que será posteriormente analisado e avaliado pelo MEC por meio do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP).

Devido à importância deste texto legal na fundamentação do trabalho, iremos descrever cada artigo seguido dos comentários fundamentados.

Lei 10.861 de 14 de abril de 2004

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

No Art. 1º é descrito que o processo a que se refere à lei envolve a avaliação do desempenho das instituições de educação superior - AVALIES, da qualidade de ensino dos cursos de graduação - ACG, e do desempenho acadêmico de seus alunos - ENADE.

No parágrafo 1º são descritas as finalidades da instituição do SINAES, pode-se perceber claramente tanto a função regulatória de controle do Estado, bem como a formativa/emancipatória comprometida com a melhoria da qualidade das IES.

Apesar da Lei ser denominada "Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior", ela está voltada para o sistema federal de ensino. RISTOFF e GIOLO (2006) destacam que: "... cabe aos Estados e ao Distrito Federal a opção por participarem do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ou por manterem sistemas próprios de avaliação.

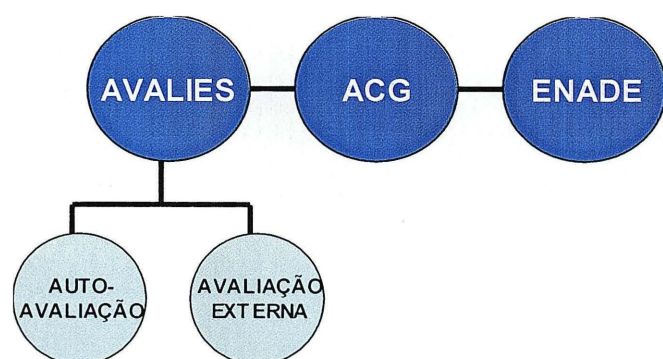


Fig 2 - O SINAES é composto de três modalidades de instrumentos de avaliação desenvolvidos em diferentes momentos.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no *caput* deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Neste artigo, o legislador comenta as dimensões da avaliação institucional, que serão detalhados no próximo artigo. Ressalta ainda no inciso II que prestigia o processo de avaliação como mandamento constitucional: dever do Estado observado o devido respeito ao cidadão e à sociedade.

No art III, fica estabelecido que todos os dados e resultados do Sinaes são públicos, passando a exigir absoluta transparência do processo.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no caput deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

O artigo 3º desdobrado em dez incisos arrola as “dimensões” a serem consideradas no processo de avaliação de instituições de educação superior no sistema federal de ensino.

“Com a lei do Sinaes e com a definição de um roteiro orientador claro, a auto-avaliação estará sempre diretamente articulada à avaliação institucional externa e terá objetos de análise mais claramente definidos”. E continuam: “... a avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, respeitadas a diversidade e a especificidade das diferentes organizações acadêmicas (universidades, centros universitários, faculdades, centros de educação tecnológica). Avaliação institucional, portanto, não mais se confunde com avaliações de rendimento acadêmico ou com a avaliação de curso, embora os considere efetivamente em suas análises, inferências e juízos”. RISTOFF e GIOLO (2006)

A auto-avaliação institucional contemplando as dez dimensões previstas neste artigo aponta para dois processos claros e que se articulam entre si: o da ação

de regulação e fiscalização do Estado e o da busca da melhoria da qualidade através da gestão educacional.

Destaca-se no Inciso I o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, documento de planejamento a ser elaborado pela IES e que segundo consta no documento “Diretrizes e Instrumentos de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior”: o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) articula a proposição da IES com o Projeto Pedagógico dos Cursos. Estes documentos, de conhecimento da comunidade acadêmica, são avaliados e atualizados periodicamente, além de usados como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração central da instituição.

Em relação à atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas ordenados numa escala de 1 a 5. Já o art 32 da Portaria nº2051 de 09/07/2004 estabelece que estes conceitos sejam codificados da seguinte forma:

- Conceitos 1 e 2 – situação ou desempenho fracos;
- Conceito 3 – mínimo aceitável;
- Conceitos 4 e 5 – situação ou desempenho fortes.

O conceito final da Instituição na avaliação externa será obtido através de uma média ponderada dos conceitos de cada dimensão avaliada levando em conta o seu peso. A definição dos pesos leva em consideração a natureza das atividades contempladas nas diferentes dimensões. O documento “Diretrizes e Instrumentos de Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior” do MEC destaca que as dimensões dizem respeito às atividades finalísticas e aos procedimentos organizativos e operacionais das instituições. Em um processo avaliativo que privilegia a missão educativa e científica das instituições, as dimensões de maior importância são aquelas relativas às atividades finalísticas e portanto com maior peso que as dimensões relacionadas aos procedimentos organizativos e operacionais. As atividades finalísticas são as relacionadas à execução de ensino, pesquisa e extensão, incluindo suas responsabilidades e compromisso com a sociedade. As dimensões com estas características são: Dimensões 2, 3, 5 e 7.

As demais dimensões são as que dizem respeito aos procedimentos organizativos e operacionais: Dimensões 1, 4, 6, 8, 9, 10.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Este artigo destaca o outro nível de avaliação do SINAES - a Avaliação dos cursos de graduação.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. O artigo 3º desdobrado em dez incisos arrola as "dimensões" a serem consideradas no processo de avaliação de instituições de educação superior no sistema federal de ensino.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10 Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11 A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

O artigo 5º traz a figura do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, instrumento de avaliação que veio substituir o extinto "Provão".

Observa-se que o legislador teve o cuidado de alocar mudanças significativas nesses aspectos avaliados, quando comparados ao Exame Nacional de Cursos, como a utilização de percentuais de alunos para realizarem o exame e, principalmente, a participação de dois segmentos nessa avaliação: alunos que cumpriram uma carga entre 7 – 22% do curso, ou seja, os alunos que concluíram ou estão concluindo o primeiro ano de graduação e aqueles que já cumpriram mais de 80% da carga total do curso e que estejam colando grau. A amostra é constituída pelo Inep, que determinará dentro do universo em questão a lista de alunos selecionados para realizarem a prova.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE;
- VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

- I - 1 (um) representante do INEP;
- II - 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- III - 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;
- IV - 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;
- V - 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;
- VI - 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;
- VII - 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do caput deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do caput deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do caput deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do caput deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do caput deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Ristoff & Giolo frisam esta divisão de responsabilidades de cada órgão envolvido no Sinaes : "... todas as avaliações da educação superior, exceto as da pós-graduação stricto sensu, passam a ser realizadas no âmbito do Inep, sob orientação das diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e servirão de referencial básico para os diversos órgãos do Ministério da Educação realizarem suas atividades de natureza regulatória (autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento, credenciamento, recredenciamento). Isto é , cabe ao Inep avaliar e cabe ao MEC tornar público estes resultados e regular as matérias relativas ao sistema federal de educação.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o caput deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no §2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Este artigo destaca a questão da regulação das IES realizada no âmbito do MEC. A celebração de um protocolo de compromisso demonstra a questão da preocupação com a melhoria das condições das instituições nos pontos considerados falhos e um comprometimento por parte dos dirigentes das IES em superarem as dificuldades detectadas, com prazos e responsabilidades definidos.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do caput do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

2.5 A QUALIDADE NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES

A sociedade atual tem como uma de suas características as mudanças imprevisíveis e rápidas, só se pode estar preparado para estas mudanças através do desenvolvimento nas organizações de uma cultura permanente da qualidade e do aprendizado para a melhoria. As Instituições de ensino superior, como importantes organizações sociais, estão sujeitas a essas mudanças. Meyer & Murphy (2003) destaca: “O sistema de ensino superior se expande como resultado do crescimento

da demanda, da necessidade de profissionais qualificados, sob o ponto de vista de inteligência , cultura, competência e criatividade , das pressões do governo , da busca de maior qualidade de ensino , da expansão do acesso ao ensino superior e da necessidade de se prestar contas à sociedade pelo uso de recursos públicos e privados escassos.”

Para que as IES possam atuar neste ambiente é necessário adotar estratégias de planejamento , repensando os seus modelos de gestão e privilegiando a qualidade e a melhoria contínua.

Segundo Dias Sobrinho(2005):

“O sistema global de produção é fortemente dependente da inovação, bem como a competitividade precisa de mecanismos flexíveis e de grande adaptabilidade. Disso deriva a importância das redes e da cooperação para aumento da produtividade e da competitividade. Dada a rapidez das mudanças, já não basta a qualificação para o trabalho , que pode se tornar obsoleta em curto prazo. É necessária a capacidade de continuamente desenvolver as possibilidades de aprendizagem e adaptar-se frente as mudanças dos conhecimentos e as novas demandas do trabalho e da vida social.”

Neste sentido a avaliação não deve ser considerada apenas como uma exigência legal, mas um importante instrumento de Gestão para fornecer informações na busca da Qualidade.

A preocupação de grande número de educadores e, não raro, a aversão pelo tema “Qualidade Total”, resulta do medo de que as Instituições de Ensino venham a importá-la do meio empresarial sob o enfoque mercantilista. Na vertente das preocupações tem relevância os seguintes elementos: uma possível invisibilidade do ambiente educacional frente às experiências de aprendizagem; medo da subserviência da educação ao poder econômico; desconfiança sobre a perspectiva do “cliente” nas relações com as Instituições de Ensino; receio de que o Estado se afaste do papel que lhe cabe no âmbito dos projetos sociais e receio de perda da identidade e da autonomia do professor, entre outros (MOREIRA, 2005).

“A avaliação da qualidade da educação superior é uma questão chave que requer uma aproximação múltipla e complexa. Isto é , trata-se de revisar os pressupostos políticos e éticos nos quais se apóiam as elaborações teóricas acerca da qualidade que servirão de sustentação às distintas formas de implicação e

compromisso que adotam os atores envolvidos : estado, sociedade, empresas, universitários , etc “ (CONTERA, 2002)

As Instituições de Ensino possuem diversos públicos e precisam administrar os relacionamentos com a maioria deles. "Um público é constituído por um grupo distinto de pessoas e/ou organizações que têm interesse real ou potencial em afetar uma instituição" (KOTLER E FOX, 1994).

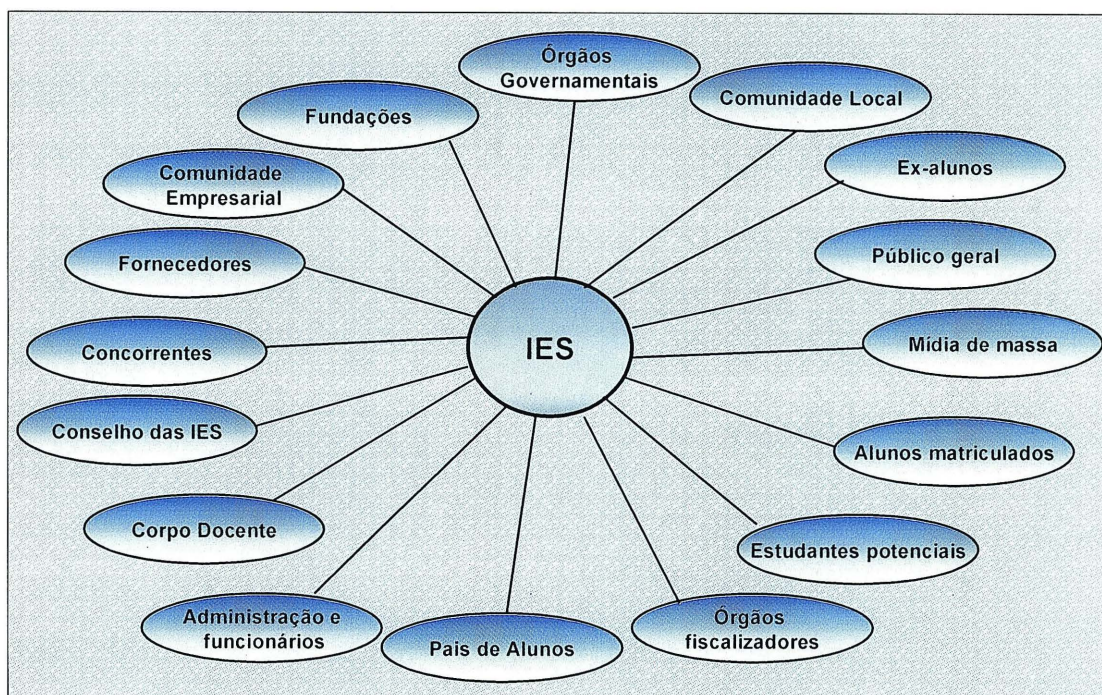


Figura 3 Os públicos que afetam uma Instituição de Ensino

Fonte: adaptado de Kotler & Fox, 1994.

ARRUDA(1997) ressalta que “ao implantar o processo de avaliação, é necessário incentivar a participação de todos os segmentos da Instituição, dando condições de desencadear um processo de discussão em todos os níveis, visando a redefinição das metas e objetivos institucionais na busca do aperfeiçoamento contínuo e sistemático da Qualidade no ensino, na pesquisa , na extensão e na gestão administrativa.”

A Gestão da Qualidade Total é um conjunto de princípios, metodologias e procedimentos que tem como objetivo envolver docentes, funcionários e alunos de uma instituição de educação para controlar e melhorar a qualidade dos serviços, a fim de ir ao encontro das expectativas dos seus clientes – a sociedade . (ARRUDA,1997)

Para executar o planejamento para a qualidade, é necessário proceder com um método estruturado. Destaque para o método Plan-Do-Check-Action(PDCA) desenvolvido nos anos 30 por Shewhart e divulgado por Deming , que ficou mundialmente conhecido. O PDCA é um ciclo que implementado em um processo leva a níveis elevados de melhoria contínua de desempenho.

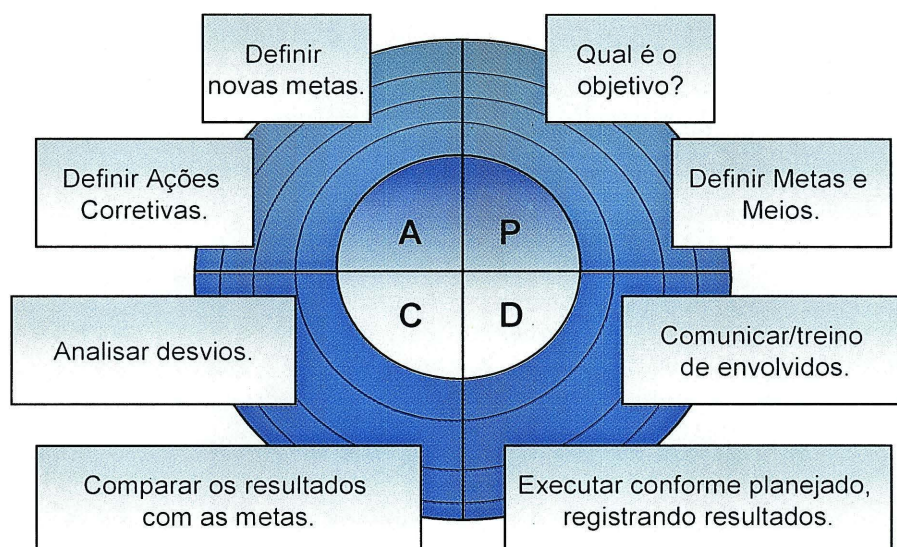


Figura 4 O Ciclo de Deming
Fonte: ORTIZ & PIERRI (2002)

ORTIZ & PIERRI (2002) descrevem o ciclo de Deming “ Todo gerenciamento é constituído de quatro etapas :Planejar (P); Executar conforme o planejado e coletar dados (D); Medir a fim de verificar se o que foi planejado está sendo alcançado (C) e Agir corretivamente caso o resultado da execução não esteja de acordo com o planejado (A).”

A Avaliação Institucional aparece como sendo a fase (C) deste ciclo. O que fica claro é que uma fase de Avaliação não faz sentido sem as outras fases, como o planejamento, por exemplo. Sendo assim este modelo vem nos mostrar que qualquer projeto de Avaliação Institucional só dará resultado para a qualidade se fizer parte de um projeto maior de melhoria contínua.

Sobre este tema fala ARRUDA (1997) : “... só acreditamos na eficácia de uma avaliação se vier acompanhada de um projeto institucional para a melhoria da

Qualidade; caso contrário estaremos utilizando instrumentos sem que estejam vinculados a um objetivo, sendo às vezes, uma iniciativa que venha a ser desacreditada na comunidade que a implanta.” O autor defende ainda o uso dos indicadores do desempenho institucional, pois para ele dentro de um ciclo metodológico, que inclui: identificar a área, analisar os processos, elaborar plano de ação, implantar plano, verificar desempenho, estabelecer padrões, definir novos procedimentos e/ou políticas, administrar a mudança e implementar a melhoria continuada.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada na elaboração do diagnóstico da atual situação do Sistema de Avaliação da Universidade Federal do Paraná baseou-se em dois instrumentos: A pesquisa documental e a observação participante.

"O objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos por meio de um método que permita atingir determinado conhecimento. Define-se método como "o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento." (GIL, 1991)

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (Ludke e André, 1986).

"A Pesquisa Documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados". (Godoy, 1995)

A Pesquisa Documental neste trabalho baseou-se no exame dos seguintes documentos: o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto de Avaliação Institucional, o Relatório de Avaliação da UFPR (2007-2008) e o Relatório Final da Avaliação Externa, e permitiu verificar as etapas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná para implantação do seu atual Sistema de Avaliação.

3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Observação participante refere-se a uma situação onde o observador fica tão próximo quanto um membro do grupo do qual ele está estudando e participa das atividades normais deste (MANN, 1975). A observação participante é portanto a técnica adequada ao conhecimento de situações que envolvem relações formais entre instituições e seus públicos.

Conforme Minayo (2007) define:

[...] processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O

observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa

O observador participante usa suas observações iniciais como pontos estratégicos sobre os quais formula apontamentos que podem ser reformulados ou redefinidos de acordo com o contexto em que se dá a observação.

A observação deste trabalho teve como ponto de análise o servidor, e a forma que está inserido no Sistema de Avaliação da UFPR.

4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

4.1 A INSTITUIÇÃO FOCO DO TRABALHO – A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A Universidade Federal do Paraná foi criada em 19 de dezembro de 1912 por Victor Ferreira do Amaral e Silva, tornando-se seu 1º Reitor. Segundo ele, “O dia 19 de dezembro representava a emancipação política do Estado e deveria também representar sua emancipação intelectual”. É a mais antiga universidade do Brasil e símbolo de Curitiba.

Envolta por uma história de muitas conquistas, desde 1912 a UFPR é referência no ensino superior para o Estado e para o Brasil. Símbolo maior da cultura paranaense, a Universidade demonstra sua importância e excelência através dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de suas áreas de extensão e pesquisa.

A responsabilidade social da universidade, enquanto instituição pública, também é valorizada em suas ações perante a comunidade paranaense.

Além dos campi em Curitiba, a UFPR dispõe de outras instalações no interior e litoral do estado, facilitando o acesso à educação e integrando culturalmente o Paraná.” (site da UFPR)

Atualmente a UFPR está constituída da seguinte maneira segundo dados de 2008 – Relatório de Gestão UFPR:

Quatro Campi em Curitiba, Campus em Palotina, Campus em Matinhos, Campus em Pontal do Paraná, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, Fazenda Experimental Canguiri em Pinhais, Estação Experimental de Rio Negro, Fazenda Experimental de São João do Triunfo, Fazenda Experimental de Bandeirantes, Fazenda Experimental de Castro, Estação Experimental de Paranavaí; Uma área física de 8.782.278 m² com 370.405 m² de área construída; Hospital de Clínicas; Hospital do Trabalhador e Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral, em parceria com o Estado do Paraná e com o Município de Curitiba; Um Hospital Veterinário em Curitiba; Um Hospital Veterinário em Palotina.

Oferece à Comunidade 77 cursos de Graduação com 21.604 alunos matriculados; Educação à Distância: Núcleo de Educação a Distância com 2330 alunos matriculados, 35 cursos de residência médica com 247 alunos matriculados; 50 programas de mestrado com 2.382 alunos matriculados; 32 programas de doutorado com 1.120 alunos matriculados; 31 Programas, 145 projetos, 281 cursos de Extensão.

Para desenvolver estas atividades conta com Corpo docente com 2.011 professores (219 graduados, 65 especialistas, 426 mestres, 1.301 doutores) .

No quadro dos servidores técnico-administrativos são 1.460 na UFPR, 2.067 no Hospital de Clínicas.

4.1.1 A Pesquisa Documental desenvolvida no Sistema de Avaliação da UFPR

Os documentos relacionados à Avaliação institucional da Universidade Federal do Paraná que foram analisados neste trabalho incluem o Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011(PDI), Projeto de Avaliação Institucional, o Relatório de Avaliação da UFPR (2007-2008) e o Relatório Final da Comissão do MEC.

4.1.1.1 O PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

Segundo o Instrumento de Avaliação do MEC: “O PDI se constitui compromisso da instituição com o Ministério da Educação a ser apresentado pela mantenedora. O PDI deve considerar a missão, os objetivos e as metas da instituição, bem como as propostas de desenvolvimento das suas atividades, definindo claramente os procedimentos relativos à qualificação do corpo docente, inclusive quanto a eventuais substituições, assim como o regime de trabalho, o plano de carreira, a titulação, a experiência profissional no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica, levando em conta as condições de formação em pós-graduação de docentes na região, o projeto pedagógico dos cursos e as outras atribuições acadêmicas dos docentes.”.

Colombo (2004) define uma instituição de ensino como um sistema e, para ela a gestão da qualidade de um sistema de ensino é “um conjunto de atividades coordenadas, usadas para dirigir e controlar uma organização com base nas políticas e diretrizes estabelecidas para alcançar seus objetivos determinados no planejamento estratégico”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011 da UFPR em sua apresentação destaca que este foi elaborado a partir de um processo de construção coletiva com a participação das diversas unidades da Universidade Federal do Paraná. As reuniões e seminários para a construção do Plano aconteceram durante o segundo semestre de 2006, portanto de acordo com as Resoluções, Decretos e Portarias vigentes no MEC até então.

Ele está distribuído em seis capítulos dispostos da seguinte forma:

1. Perfil Institucional, incluindo a Missão, Princípios, descrição de Áreas Estratégicas, Valores, Objetivos e Metas, Áreas de Atuação Acadêmica, Responsabilidade Social e Políticas de Ensino, pesquisa e extensão.
2. Gestão administrativa: Organização administrativa incluindo a Organização e gestão de pessoal e os planos de carreira para o corpo docente e técnico e os Cronogramas e planos de expansão, Políticas de atendimento aos discentes.
3. Organização acadêmica: Organização didático-pedagógica,
4. Infra-estrutura: Física e Acadêmica.
5. Aspectos financeiros e orçamentários
6. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional.

O site da Comissão Própria de Avaliação da UFPR destaca que: “A primeira ação decorrente do ciclo avaliativo foi a publicação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2007-2011) resumido para torná-lo conhecido na comunidade”.

4.1.1.2 Projeto de Avaliação Institucional

Pelas diretrizes do MEC o processo de auto-avaliação deverá apresentar três etapas de acordo com a figura a seguir:

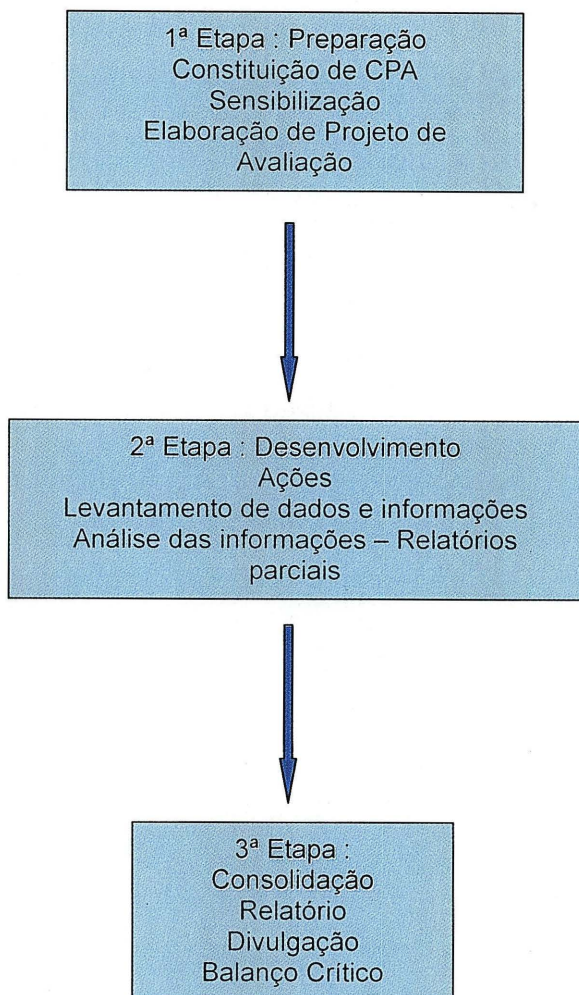


Figura 5 Etapas do Processo de Auto-Avaliação

Consultando o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Paraná em seu item nº 5 Plano de Ação, visualizamos as três etapas previstas no instrumento:

Etapa 1- Preparação

1ª – Constituição : Constituição da Comissão Própria de Avaliação com a Portaria do Reitor nº 1,185 de 04 de junho de 2004 de acordo com o disposto no artigo 11 da Lei 10.861/2004. Sua função é coordenar e articular a auto-avaliação da instituição e disponibilizar informações. A CPA conta na sua composição com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e

modo de organização da CPA são definidas pelo seu regimento, Resolução nº 15/05-COUN.

2ª – Planejamento: Elaboração do projeto de auto-avaliação institucional e levantamento das ações de avaliação já existentes na instituição.

3ª – Sensibilização: Realização de seminários e divulgação interna e externa utilizando os meios de comunicação da Instituição.

Etapa 2 - Desenvolvimento

Definição de grupos de trabalho; Análise das ações de avaliação já existentes na instituição; Definição do escopo da auto-avaliação; Elaboração e proposição de instrumentos avaliativos; Execução da avaliação segundo as dimensões propostas pelo SINAES; Análise e sistematização das informações; Definição e elaboração de relatórios.

Etapa 3 - Consolidação

Sistematização dos resultados da avaliação nas 10 dimensões; Elaboração do relatório final; Divulgação para a comunidade e Meta-avaliação.

4.1.1.3 Relatório de Avaliação da UFPR (2007-2008)

O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de auto-avaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes (MEC, Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004).

O Roteiro ainda destaca que os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, é desejável que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

O relatório da auto-avaliação ciclo 2007-2008 da Universidade Federal do Paraná explicita como foi concebido e implementado o processo de auto-avaliação, os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, os resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

O relatório materializa a percepção da comunidade, especialmente a universitária, captado pelo instrumento de pesquisa organizado nas dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Relatório final de avaliação está disponível no site da CPA, apresenta o instrumento de pesquisa, relatório com 55 questões gerais para todos os estratos e mais 25 questões específicas.

Segundo o relatório, a população da pesquisa foi a comunidade universitária, distribuída por estratos de Perfil e de Campus, e externa especialmente egressos e entidades que mantêm relacionamento com a instituição.

Perfil

Aluno de nível Técnico; Aluno de Graduação; Aluno de Pós-Graduação; Técnico Administrativo; Docente; Egresso.

Campus

Setor; Departamento; Coordenação; Graduação e Pós-graduação.

Os questionários foram respondidos por uma amostra significativa de 3.250 questionários válidos do total de 3.934 respostas, assim distribuídos:

- 1390 Alunos de graduação,
- 204 Alunos de nível médio,
- 523 Docentes,
- 363 Técnicos Administrativos,
- 700 alunos de Pós-Graduação e
- 60 Egressos.

Analisando o instrumento de pesquisa observa-se a falta de campos para justificar a sua opção considerando ainda a não adequação a casos particulares. Em relação ao número de questionários respondidos temos no Relatório o nº de 3250, mas somando a distribuição na realidade o total é de 3240. Consideramos que a participação foi baixa, principalmente nos alunos da graduação, de um total de 21.604 alunos matriculados (dados do PDI) apenas 1390 (6,4%) responderam ao questionário. A participação nas outras categorias ficou em 10,3% dos Técnicos Administrativos, 20,0% dos Alunos de pós-graduação e 26,0% dos Docentes. Em relação aos egressos, a participação de apenas 60 questionários denota que a divulgação da Avaliação foi insuficiente também para esta categoria.

4.1.1.4 Relatório Final da Avaliação Externa

A UFPR recebeu a comissão do Ministério da Educação no período de 15 a 18 de junho de 2009. Esta comissão foi composta por três docentes que integram o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Eles se reuniram com os professores, docentes e servidores técnico administrativos em reuniões separadas, em que através de perguntas abertas avaliaram várias questões relativas às dez dimensões do SINAES. A comissão realizou ainda visitas ao Campus para realizar a avaliação com vistas ao credenciamento da instituição.

Após a visita, os avaliadores têm o prazo de um mês para emitir um relatório sobre as condições em que a UFPR foi enquadrada e classificar um conceito que vai de um a cinco.

O Relatório em questão foi emitido em 23 de junho de 2009, a Universidade Federal do Paraná apresentou um referencial de qualidade bom configurado em um conceito final 4(quatro).

A comissão de Avaliação atribui conceitos para cada dimensão:

Dimensão	Conceito
1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	3
2. política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	4
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	3
4. A comunicação com a sociedade.	3
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	4

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	4
7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	3
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	3
9. Políticas de atendimento aos discentes.	3
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	3
Conceito Final	4

Tabela 1 Conceitos para cada uma das Dimensões obtidos pela UFPR na Avaliação Externa

A Comissão em seu Relatório de Avaliação Externa contribui com várias observações sobre o sistema atual. Em relação ao PDI destacou que a adesão institucional da UFPR ao Programa Reuni ao final de 2007 levou os gestores a redirecionar e agilizar algumas das metas do PDI. Em relação aos efeitos práticos do processo de Auto-avaliação Institucional a comissão relata que foi constatada a existência de ações acadêmicas e administrativas decorrentes dos processos avaliativos, mas de forma ainda tímida.

Outro ponto destacado foi a questão da efetiva divulgação dos resultados avaliativos, apesar de estarem disponíveis ainda são pouco conhecidos da comunidade acadêmica o que ficou evidenciado nas reuniões realizadas durante a visita in loco.

Em relação à Dimensão Requisitos legais a Universidade Federal do Paraná atendeu todos os indicadores, com uma observação no item Condições de acesso para portadores de necessidades especiais foi ressaltada a necessidade de pequenos ajustes em relação a instalações mais antigas.

4.1.2 Relato da Observação Participante do Sistema de Avaliação da UFPR

Atuando como servidora técnica administrativa da Universidade, participei do processo de Auto-avaliação participando voluntariamente da Reunião dos servidores técnico-administrativos com a Comissão Avaliadora do MEC ocorrida às 10h do dia 16 de junho de 2009 no Auditório da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

A Comissão do MEC no processo de Avaliação Externa agendou reuniões separadas com os docentes, os servidores técnico-administrativos e os discentes. A lista de nomes convocados para cada reunião foi definida pela própria comissão, mas no momento da reunião não houve nenhum controle de presença. Inclusive na reunião dos docentes a sala não comportou o número de convocados, ficando docentes assistindo a reunião em pé, no lado de fora perto a porta.

A reunião com os servidores iniciou com a apresentação dos docentes que compunham a Comissão do MEC. Em seguida os avaliadores falaram sobre a metodologia da avaliação Externa dentro do SINAES.

Os avaliadores buscaram através de perguntas abertas verificar o nível de conhecimento e participação dos servidores no processo avaliativo, na elaboração do instrumento de pesquisa e no PDI.

Ficou evidenciado que vários servidores foram convocados para a reunião mas não sabiam efetivamente o motivo de estarem ali, inclusive houve servidor que pensava que a reunião trataria de avaliação de desempenho funcional.

A participação dos servidores iniciou tímida, mas com o decorrer da reunião, especialmente quando se tratou do tema de políticas de pessoal, deu-se um aumento das colocações sobre as dificuldades encontradas pelos servidores no desempenho de suas funções tais como: insuficiência de servidores no Hospital de Clínicas, dificuldades nos processos de licitação e demora nos processos de compra, impossibilidade de alguns servidores participarem dos cursos de capacitação oferecidos pela PROGEPE por falta de pessoal, jornadas de trabalhos diferentes de acordo com a lotação.

Considero que duas questões levantadas são interessantes e podem de fato contribuir para a melhoria do sistema. A primeira com relação ao Instrumento de Auto-Avaliação, foi colocado que o questionário não se aplicava em parte em determinadas questões e não possuía campos abertos para que fosse detalhada a situação, no ver da servidora o questionário deixava de contemplar várias das

especificidades de uma universidade tão complexa. A outra questão levantada foi a de que o Planejamento da Instituição e das ações de avaliação ficam concentradas nos níveis de diretoria , com pouca oportunidade de participação dos servidores apesar destes terem representação nos conselhos.

5 PROPOSTAS

O Projeto de Avaliação Institucional proposto tem como pressupostos a busca da qualidade da IES através de um diálogo permanente com a comunidade interna e atendendo também as demandas da comunidade externa. Procura estimular a reflexão e a busca de um processo de avaliação formativo e participativo através de uma sistemática que não seja um fim em si mesmo, mas acima de tudo a partida para a melhoria da qualidade contínua planejada.

Importante destacar que um dos objetivos da proposta é atender aos requisitos da legislação nacional de avaliação, porém acreditamos que adotando a perspectiva da Avaliação e Planejamento estratégico participativo os resultados obtidos podem superar em muito aos requisitos legais e tornar-se um elemento propulsor da eficácia institucional.

Segundo Andriola : “A avaliação Institucional visa a identificar o mérito ou o valor de todas as atividades (meio e fim) desenvolvidas pelas IES para proporcionar seu repensar ou re-planejar. Por este motivo precisa ser atividade coletiva.”

A adequada implementação e os bons resultados de um processo de auto-avaliação pressupõem algumas condições fundamentais, a saber: (Manual da Avaliação Superior, MEC, 2004)

- a) equipe de coordenação, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, e refletir sobre o processo;
- b) participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;
- c) compromisso explícito dos dirigentes das IES em relação ao processo avaliativo. No entanto, isto não significa que os dirigentes devam ser os principais membros das comissões instaladas. O importante é ficar evidenciado que há um apoio institucional para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias;
- d) informações válidas e confiáveis pois, sendo a informação fidedigna o elemento fundamental do processo avaliativo, a sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária. Nesse sentido, a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de informações são essenciais para alimentar as dimensões que a auto-avaliação quer indagar;
- e) uso efetivo dos resultados para planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas. (MEC)

5.1 ETAPAS

As etapas da Proposta de Projeto de Avaliação Institucional da UFPR são as seguintes:

5.1.1 Comprometimento da Alta Administração da IES

A alta administração, representada pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores de Setores precisam estar comprometidos e acreditando nos resultados do Sistema de Avaliação Institucional. Se o objetivo final é uma mudança de cultura e consciência de valorização da Avaliação o apoio da liderança da IES é fundamental.

Além disso, todos os passos do processo devem ser levados ao conhecimento dos dirigentes máximos da IES, afim de que seja incorporado ao planejamento administrativo. Os resultados dos processos avaliativos fornecem dados para a tomada de decisões e alinhamento dos objetivos e metas da instituição em seu Planejamento.

A Avaliação Institucional deve incorporar-se ao Calendário Acadêmico, como atividade prioritária, permitindo-se a maior integração e participação de todos os membros da comunidade universitária neste processo.

5.1.2 Formação da CPA

Comissão para coordenação e gerenciamento do projeto de Avaliação Institucional – CPA (Comissão Própria de Avaliação).

Seleção e designação formal do coordenador-presidente da CPA que além de conhecimentos específicos do SINAES, deve ter características como: facilidade de comunicação, acesso fácil aos setores da IES, conhecimento do funcionamento da IES, entre outros.

Criação de uma Secretaria de Avaliação Institucional, com um servidor em horário integral especialmente designado para este fim, com uma infra-estrutura para atender a CPA bem como integrar as ações avaliativas. Nesta secretaria podem atuar discentes bolsistas de diversos cursos da IES, tais como Administração, Estatística, Pedagogia, Psicologia, estimulando assim a característica de multidisciplinariedade do processo avaliativo.

Devem ser programadas reuniões quinzenais do CPA com cumprimento absoluto desta agenda e divulgação integral de suas ações.

5.1.3 Seminário de Divulgação

Organização de Seminário de Divulgação sobre a importância e os objetivos da avaliação institucional e sobre a Proposta de Avaliação Institucional para o novo Ciclo Avaliativo. Este seminário será aberto a toda a Comunidade Acadêmica e tem

como objetivo sensibilizar para o tema e informar os próximos passos do projeto que contará com os Núcleos setoriais e, portanto com a participação da comunidade acadêmica como um todo.

5.1.4 Estratégias de Comunicação

Manutenção do Site da Comissão Própria de Avaliação, já existente mas ainda pouco divulgado, com informações atualizadas sobre a nova etapa avaliativa. A página principal da Universidade trará um link para o site que divulgará datas, fotos e conteúdos dos Seminários, Atas das Reuniões da CPA e dos Núcleos Setoriais e informações sobre Avaliações interna e externa. A divulgação deste site também será realizada através dos Boletins eletrônicos da Universidade. Para as informações atingirem o público discente, de perfil jovem utilizaremos o micro blog twitter como uma forma dinâmica e atual de divulgar o andamento do processo e estimular a participação desta categoria, que teve participação reduzida no último ciclo avaliativo.

5.1.5 Criação de Núcleos Setoriais de Avaliação

Cada departamento / curso da Universidade indicaria um servidor, um docente e um discente, que se reunirão com os representantes dos outros cursos de um mesmo setor. A função destes Núcleos é atuar simultaneamente com a CPA, participando ativamente do processo de avaliação desde o diagnóstico da IES, elaboração dos instrumentos de pesquisa, divulgação dos resultados para a melhoria. A importância destes núcleos é possibilitar que o processo de avaliação e, por conseguinte de planejamento seja construído de forma participativa e democrática. O objetivo é o engajamento dos atores institucionais e que o processo promova a reflexão na comunidade acadêmica e possa gerar mudança de comportamento.

5.1.6 Treinamento

Os membros do CPA e Núcleos Avaliativos serão submetidos a treinamentos específicos sobre temas relacionados à Avaliação Institucional. Dentre os treinandos identifica-se aqueles com potencial para atuarem como multiplicadores do conhecimento em ocasiões próximas.

Para que o projeto seja avaliado e mantido é necessário um plano de avaliações internas. Para isso será preciso formar os avaliadores internos.

TREINAMENTO	OBJETIVO
Legislação de Avaliação Institucional (SINAES)	Estudo e planejamento.
Melhores Práticas de Avaliação em Universidades .	Especialista em Avaliação trazendo experiências mundiais em Avaliação para que seja adaptada a realidade da UFPR.
Planejamento Estratégico	Objetivos, Missão, Visão da Instituição. Conhecimento e Revisão do PDI.
Indicadores de desempenho	Elaborar metodologias de controle.
Formação de Avaliadores internos.	Formação de equipe.

Tabela 2 Sugestão de Treinamentos a serem realizados

5.1.7 Diagnóstico

O diagnóstico Inicial da situação é realizado pela CPA e desdobrado para os Núcleos Setoriais de Avaliação. Neste diagnóstico será feito o levantamento das necessidades, Análise Crítica do que a IES já desenvolveu em avaliação e o que precisa ser modificado; Avaliação dos atuais documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Relatório de Auto-avaliação da Universidade e o Relatório de Avaliação Externa do 1º Ciclo Avaliativo 2007-2008. Recomenda-se a atualização do PDI com o alinhamento das metas baseadas nos objetivos da Gestão Atual.

5.1.8 Elaboração do Projeto de Avaliação

Neste momento em que já estão em funcionamento a CPA, a Secretaria de Avaliação e os Núcleos Setoriais de Avaliação, iniciará a elaboração do Instrumento de Avaliação Institucional a ser aplicado e a definição dos Indicadores de desempenho da IES.

Este trabalho segue a lógica já apresentada, a CPA propõem um modelo básico de Instrumento que atenda a legislação SINAES. Propõem ainda Indicadores gerais de desempenho baseados nos objetivos do PDI. Estes documentos propostos são analisados criticamente nas reuniões de trabalho dos Núcleos Setoriais , onde

são sugeridas adaptações e melhorias. Cada núcleo sugere ainda Indicadores de desempenho que considerem relevante.

As sugestões encaminhadas novamente a CPA serão compiladas tendo como resultado a versão final do Instrumento de Avaliação (Questionário) e listagem de Indicadores de desempenho.

Nesta etapa serão propostos planos de ação para atender as necessidades verificadas no Relatório de Avaliação Externa.

5.1.9 Sensibilização e Divulgação do Trabalho a Comunidade Interna e Externa.

Os multiplicadores formados atuarão junto a seus pares de trabalho realizando reuniões e treinamentos sobre o PDI, divulgação do Instrumento Avaliativo e dos Indicadores, baseados nas reuniões da CPA e suas adequações aos processos reais de trabalho.

A adesão, participação e comprometimento da comunidade interna são elementos fundamentais para que o processo de avaliação implantado reflita a realidade, e os resultados da avaliação reflitam em melhorias no futuro.

Para isso eles precisam ser informados sobre o processo avaliativo que está em andamento, receber as informações básicas do processo, incorporando a cultura da Avaliação e melhoria da qualidade na Universidade. É indispensável, portanto uma divulgação constante do assunto.

5.1.10 Aplicação do Instrumento de Avaliação

Aplicação do Instrumento de Avaliação buscando através dos trabalhos de sensibilização dos Núcleos o alcance de números significativos de questionários respondidos.

Definição, em diálogo com as pró-reitorias envolvidas, das melhores datas dentro do calendário de aplicação dos instrumentos de avaliação sujeitos envolvidos.

5.1.11 Sistematização dos dados

Elaboração de Relatórios Parciais por Núcleos Setoriais buscando a reflexão sobre os dados levantados, estimulando-se o desenvolvimento de ações no sentido de identificar os pontos fortes e corrigir as falhas internas apuradas.

5.1.12 Avaliação Interna

Nesse processo os avaliadores treinados irão avaliar vários aspectos da IES:

- As dez dimensões avaliativas do SINAES
- Os pontos negativos levantados no questionário e se já podem ser identificadas ações corretivas que vão introduzir as melhorias.
- Os Indicadores de desempenho da IES , se estão sendo medidos .

5.1.13 Elaboração dos relatórios finais da avaliação

Sistematização de todo o material trabalhado no âmbito da avaliação interna e elaboração de um Relatório Final a partir dos Relatórios Parciais e das reflexões e considerações obtidas nas etapas anteriores.

5.1.14 Seminário Final de Apresentação dos Resultados

Realização de Seminário Final, aberto a toda a comunidade acadêmica, visando apreciação e debate reflexivo sobre a avaliação realizada na Universidade, com vistas aos próximos processos avaliativos. Divulgar sobre data prevista da Avaliação Externa e sistemática deste processo.

5.1.15 Avaliação Externa do MEC

O objetivo dessa avaliação é identificar o perfil e o significado de atuação da IES por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores considerando as dez diferentes dimensões avaliativas.

Considerando que o processo de auto-avaliação tenha sido elaborado de forma participativa e que a comunidade acadêmica esteja sensibilizada para a importância da qualidade dos processos avaliativos e os objetivos maiores da instituição, espera-se que este momento seja o da constatação de que as fragilidades apuradas já possuem ações práticas em andamento para sua superação.

5.1.16 Divulgação dos Resultados da avaliação externa para a Comunidade Acadêmica.

Este momento é importante pois fornece à comunidade o retorno sobre os resultados e reforça a importância de manter o processo de forma contínua favorecendo a cultura avaliativa e da qualidade.

5.1.17 Revisão do processo avaliativo e reinício do processo de avaliação.

Avaliação como processo contínuo com cronograma definido para o próximo ciclo garantindo as ações práticas de melhoria e análise constante dos indicadores de desempenho.

Cada ciclo avaliativo está previsto para um período de 2 anos, mas é importante ressaltar que este projeto não tem a intenção de ser fechado e muito menos estático. Deve ser mutável, dinâmico e condutor de um processo permanente e que venha a contribuir para o desenvolvimento da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como se deu o processo de implementação da Avaliação Institucional proposta pelo SINAES na Universidade Federal do Paraná e a partir deste conhecimento propor aprimoramentos.

A instituição realizou seu Ciclo Avaliativo nos anos 2007-2008 e recebeu a Avaliação Externa do Ministério da Educação em junho deste ano (2009). O diagnóstico revelou que a instituição preocupou-se em demasia com o atendimento dos requisitos legais e procedimentos regulatórios, deixando de explorar a grande função formativa, participativa e transformadora da avaliação.

A baixa participação e expressividade da comunidade acadêmica na ação avaliativa em todas as etapas nos levam a sugerir que o processo na Universidade Federal do Paraná não foi conduzido de forma coletiva conforme preconiza a proposta do SINAES. Todo projeto de melhoria da qualidade só conseguirá ser bem sucedido se a instituição em todos os seus níveis estiver consciente, engajada e participando de forma ativa na construção desta melhoria.

Observamos que as ações avaliativas e a construção do processo se deram de forma centralizada levando a um afastamento dos reais atores da avaliação que funcionaram como meros produtores de informações. Observamos ainda que a pesquisa aplicada pelo questionário foi produzida de forma a cumprir os prazos e as determinações legais, não produzindo ações reais de transformação da realidade.

Destacamos ainda a necessidade de incluir a Avaliação Institucional no Calendário Anual, com infra-estrutura e recursos garantidos no planejamento administrativo a fim de que se torne permanente e que possa criar uma cultura que possibilite a tomada de decisões embasadas nestas informações, e não somente o cumprimento de apenas uma formalidade burocrática.

Propomos um projeto de avaliação institucional que seja permanente e além disso, com participação efetiva da comunidade acadêmica na definição desse projeto. Acreditamos que desta forma maior será o seu compromisso com o alcance dos objetivos propostos.

Concluo com a certeza que é possível a construção de um processo de avaliação institucional que seja um efetivo instrumento de gestão administrativa e de melhoria da qualidade da Universidade Federal do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, J.R.C. **Políticas & Indicadores da qualidade na educação superior**. Rio de Janeiro: [Qualitymark] : Dunya , 1997.

BARREYRO, G.B.& ROTHEN J.C **"SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Educ. Soc. Vol.27 no. 96 Campinas, 2006.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL, **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL, Ministério da Educação, **Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – **SINAES: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 4ª ed. ampl..Brasília: INEP,2007.

BRASIL, Ministério da Educação.INEP.CONAES. **Roteiro de Auto-avaliação Institucional** ,2004

BRASIL, Ministério da Educação.INEP.CONAES. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento**, 2006.

COLOMBO, S. S., Org; **Gestão Educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CONTERA, C. Modelos de avaliação da qualidade da educação superior. In: DIAS SOBRINHO, J., RISTOFF, D. I. (org.). **Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?**: São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, ARILDA. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades**, In Revista da Administração de Empresas, v.35, n.2. Mar/Abr 1995.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F.A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

LUDKE e ANDRÉ. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. SP: EPU, 1986

MANN, PETER H. **Métodos de investigação sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MEYER, J. & MURPHY, J.P. **Dinossauros, Gazelas e Tigres. Novas abordagens da Administração Universitária**. Um diálogo Brasil e EUA. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2003.

MYNAIO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26ª edição, cap. 4, p. 79-108. Editora Vozes: Petrópolis, 2007.

MOREIRA, Cristiane Hoffmann. **Sistema da Qualidade: Busca da Excelência no Departamento de Registros Acadêmicos da UFPel**. Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação, Universidade de Aveiro, Portugal, 2005.

ORTIZ, P. & PIERRI, S. **Modelos de Gestão da Qualidade 2**. Curitiba: UFPR/CNI/SENAI, 2002.

QUEIROZ, K.C.A.L. **Eu avalio, tu avalias, nós nos auto-avaliamos? A experiência da UnUCSEH/UEG com a auto-avaliação proposta pelo SINAES**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, 2008.

RISTOFF, D & GIOLO, J. **O Sinaes como Sistema**. R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, R. **Acreditación ¿Ave fénix de la educación superior en México?** In: ODORIK, I. (Org.). **La academia en jaque: perspectiva política sobre los programas de evaluación de la educación superior en México**. México: UNAM-Porrúa, 2004.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UFPR. **Plano de desenvolvimento institucional – 2007-2011 da Universidade Federal do Paraná**; Comissão de Assuntos Estratégicos Bernadete do Rocio Pieper... [et al.]. Curitiba: UFPR, 2007.

UFPR. **Relatório de Gestão da Universidade Federal do Paraná 2008**, acessado no site da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamentos e Finanças.

UFPR. **Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Paraná;** Comissão Própria de Avaliação, 2008.

UFPR. **Relatório de Auto-Avaliação Institucional da Universidade Federal do Paraná;** Comissão Própria de Avaliação, 2008.

Uma escola do tamanho do Brasil. Programa de Governo do Candidato Lula, 2002.

TRIGUEIRO, M.G.S. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras : diagnóstico e perspectivas** , 1998. Mimeografado

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL, Ministério da Educação. INEP. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa da Universidade Federal do Paraná – Avaliação código 59539-** Elaborado pelos Avaliadores Ana Lúcia Manrique, Orlando Monteiro da Silva e Vânia Sueli Guimarães Rocha, 17 de junho de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Normas para a apresentação de documentos científicos.** Editora da UFPR: Curitiba, 2007.